



A maioria das Câmaras Municipais tem um longo caminho a percorrer em matéria de SIG

A APDSI organizou uma conferência sobre o “GeoCompetitivo” na Administração Local na Biblioteca Orlando Ribeiro, em Telheiras

09 de dezembro de 2016 - A maioria das Câmaras Municipais tem, ainda, um percurso significativo a fazer em matéria de SIG - Sistemas de Informação Geográfica. Esta é apenas uma das conclusões do Estudo “GeoCompetitivo na Administração Local”, apresentado por Maria do Carmo Lucas, na conferência da APDSI que decorreu a 6 de dezembro de 2016 na Biblioteca Orlando Ribeiro, em Telheiras.

A conferência surgiu **no âmbito do Grupo Permanente dos Sistemas de Informação Geográfica (GSIG) da APDSI.**

O tema da conferência ganha particular importância numa altura em que todo o objeto pode ser georreferenciado. A própria mobilidade já pode ser georreferenciada, o que contrasta com a situação do país onde **um quarto do território nacional não tem propriedade atribuída.**

O estudo conclui que ainda há muitas Câmaras Municipais sem SIG - Sistema de Informação Geográfica; há uma equilibrada partilha interna entre os vários serviços, embora a partilha com o exterior seja mais modesta e há alguma preocupação com a mobilidade. **Só 20% das autarquias disponibiliza serviços com standards OGC - Open Geospatial Consortium**, o que demonstra que a colaboração continua a ser um problema ou ainda haverá um desconhecimento generalizado sobre o que é o OGC.

Quanto a dispositivos móveis, algumas autarquias já começam a ter alguns serviços adaptados a esta nova tendência - 24% admite fazê-lo permitindo a consulta e emissão de plantas na área do urbanismo, de processos, fiscalização e informação aos munícipes. A principal vantagem apontada é a redução dos gastos em papel.

Além desta vantagem, Sandra Resende, da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, afirma que **outra das grandes necessidades que a Câmara viu na adoção do SIG foi a de aumentar a interação com o cidadão mas através de uma diminuição do canal presencial**. «Tínhamos muita dificuldade na gestão da documentação do licenciamento, tínhamos pilhas e pilhas, centenas e centenas de páginas a consultar, o que gerava demora», admite a coordenadora do Gabinete de Informação Geográfica. A solução foi a tramitação para o digital bem como um melhor uso da informação existente, disseminando a informação geográfica.

A plataforma digital saiu em 2008 obrigando a «repensar a informação geográfica de outra forma e um modelo de disponibilização de dados muito mais estruturado». Foi assim que surgiu o **Projeto Mirante que, hoje em dia, já cruza Internet com Intranet**, explica: «Cada funcionário envolvido recebe tarefas que o obrigam a alimentar o sistema de alguma forma». O sistema Mirante, na autarquia, faz a atualização cartográfica e disponibiliza-a online. «É dispendioso mas cobre os custos com a poupança que se obtém», demonstra Sandra Resende, acrescentando as **vantagens também para o cidadão: mais confiança na instituição, mais transparência, melhor atendimento, menos custos na instrução dos processos, menos deslocações ou telefonemas, mais rapidez**.

Com este caminho percorrido, a autarquia espera conseguir, em março, estar completamente de acordo com o INSPIRE - que estabelece a criação da Infraestrutura Europeia de Informação Geográfica. A Diretiva Infrastructure for Spatial information in Europe obriga os Estados-Membros a gerirem e disponibilizarem os dados e os serviços de informação geográfica de acordo com princípios e regras comuns, como a interoperabilidade, por exemplo.

Desmaterializar processos de obras particulares foi a primeira vontade de Eduardo Costa Ferreira, da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, que achava mais vantajosas as ferramentas de open source. **A migração de dados também não foi fácil mas o SIG passou a ficar online com disponibilização de plantas e cartografia à população**. Nesta altura o papel ainda convive com o digital mas 2017 é o ano de um novo caminho a seguir.

Eduardo Costa Vieira admitiu, na conferência da APDSI, que «as dificuldades são enormes para um município pequeno» mas quer montar a evolução do concelho nos últimos anos através do SIG.

Já Marco Lima Carvalho, da Câmara Municipal de Gaia, parte do princípio de que **informação é acessível a todos**. Em 2001 começou o projeto do Sistema Municipal de Informação Geográfica. Hoje a interoperabilidade nos sistemas municipais estão ao serviço de todos e tudo começa no técnico ou cidadão e não nos serviços municipais. Na Biblioteca de Telheiras, o diretor de Divisão de Sistemas de Informação apresentou o projeto NOPAPER - uma iniciativa de desmaterialização de processos que foi decidida em duas fases; numa primeira, para garantir ao exterior a desmaterialização de processos, e numa segunda fase para assegurar a desmaterialização interna. **Garantir a interoperabilidade, mesmo com múltiplos fornecedores de serviços, implica um grande domínio da arquitetura de dados.**

Em Gaia os resultados estão à vista: 85% do serviço já é digital, o que se traduz em maior flexibilidade horária, redução do papel, aumento da rapidez interna e diminuição do tempo para consulta de entidades externas.

A Câmara Municipal de Lisboa esteve representada por Rui Ricardo, chefe da Divisão de Sistemas de Informação e Aplicações, que começou por referir que, porque Lisboa é um concelho densamente urbano, houve muita interoperabilidade entre freguesias o que resultou em muitas alterações de sistemas. «O SIG é tão importante quanto a visão de cliente e o controlo financeiro porque corresponde à visão do território, tudo o que acontece na cidade. Politicamente o SIG está a começar a ser visto de forma estratégica e, até aqui, nunca tinha sido visto como um vetor que alavanca a evolução», ressaltou.

Em Lisboa, o SIG orientado para serviços começou em 2010, sendo o site “Lisboa Interativa” o lado mais visível do que tem vindo a ser feito nesta área. «O SIG é o principal motor do open data Lisboa», diz Rui Ricardo que, todavia, aponta as principais ameaças que a autarquia encontrou: resistência à mudança, receio da perda de poder, gestão de redundância de informação e constante evolução da tecnologia. A única forma de lidar com alguns dos obstáculos apontados, entende o chefe da Divisão de Sistemas de Informação e Aplicações, é fazendo **uma forte aposta na comunicação e formação, na partilha de informação e devolução de valor a quem partilha, além de adotar novos recursos tecnológicos que evitem as redundâncias.**

Na reta final da conferência foram apontados alguns bons exemplos de SIG em Portugal, como o da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, que integra sete diferentes sistemas e foi distinguido em 2011 com o título “SIG do Ano”, da ESRI Portugal - Sistemas e Informação Geográfica, S.A. - uma empresa portuguesa, fundada em 1987, com o propósito de atuar como agente especializado no desenvolvimento e fornecimento de sistemas de informação baseados na tecnologia de Sistemas de Informação Geográfica - SIG.

Outro bom exemplo veio da CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central que faz a cartografia de ocupação e uso do solo e onde o processo de informatização permite, por exemplo, que o distrito de Évora tenha todo o cadastro rústico em formato digital, com uma data de referência de 2010.

A fechar, ficou o exemplo da Altri Florestal onde os trabalhos de inventário e atualização de informação são as prioridades, já que a informação geográfica é a base de todos os trabalhos de gestão florestal.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas atividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da atualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Eletrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C - Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

Site: <http://www.apdsi.pt>

Blogue: <http://portugal-si.blogspot.pt/>

Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>

Twitter: <https://twitter.com/apdsi>